O Supremo Tribunal Federal (STF) começa a julgar nesta sexta-feira, 13, se incide PIS/Cofins sobre as reservas técnicas de seguradoras - provisões obrigatórias que as empresas devem fazer para arcar com os compromissos firmados com os segurados. O caso pode custar R$ 5,3 bilhões para a União em cinco anos, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. A análise será feita no plenário virtual que vai até o dia 24 de fevereiro.

Leia aqui na íntegra.

Fonte: Invest Talk, em 12.02.2026